

# Corpo e Marginalidade: Estudo de um Contexto de Desenvolvimento de Meninos de Rua na Cidade do Rio de Janeiro

*The Body and Criminality: a Study on the Development of Boys Who Live in the Streets of Rio de Janeiro.*

*Cuerpo y Marginalidad: Estudio de un Contexto de Desarrollo de Niños de la Calle en la Ciudad de Rio de Janeiro*

ÂNGELO LUIS DE SOUZA VARGAS

Doutor em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ) Graduado em Direito e Educação Física. Professor da Faculdade de Direito da UFRJ, da UNESA e da Universidade Castelo Branco. Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento da Criança do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos em convênio com a Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (CREF-RJ).

CARLOS NETO

Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

RUY KREBS

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

MANOEL JOSÉ GOMES TUBINO

Universidade Castelo Branco (UCB), Universidade Veiga de Almeida

**RESUMO** O principal objetivo foi analisar o comportamento dos meninos de rua do Rio de Janeiro. A metodologia seguiu o modelo bioecológico delineado por Bronfenbrenner, que possibilitou estudar as relações entre as características pessoais dos sujeitos e o ambiente social, considerados os quatro elementos: pessoa, processo, contexto e tempo.

**Palavras-chave:** CRIANÇA - DESENVOLVIMENTO - DIREITOS SOCIAIS - DIREITO À EDUCAÇÃO



**ABSTRACT** The main purpose of this study was to analyze the behavior of Rio de Janeiro's streets' boys. The methodology followed is Bronfenbrenner's bioecological model, which made it possible to study the relationship between personal characteristics and social environment, considering the four elements: person, process, context and time.

**Keywords:** CHILDREN – DEVELOPMENT – SOCIAL RIGHTS – RIGHT TO EDUCATION

**RESUMEN** El objetivo principal es analizar la conducta de los niños de la calle de Rio de Janeiro. La metodología obedece al Modelo Bioecológico delineado por Bronfenbrenner, que posibilitó estudiar la relación entre las características personales de los sujetos y el ambiente social, considerados los cuatro elementos: persona, proceso, contexto y tiempo.

**Palabras clave:** EL NIÑO - EL DESARROLLO - EL DERECHO SOCIAL - EL DERECHO A LA EDUCACIÓN

## INTRODUÇÃO

As análises acerca da infância no Brasil têm proporcionado manchetes para o mundo inteiro. Indubitavelmente o Brasil é objecto de julgamento pelas comunidades internacionais, encontrando-se no banco dos réus da opinião pública.

Segundo os dados do IBGE (1995), cerca de 500 mil crianças são exploradas sem salários e sem escola. Os dados referem-se a crianças entre 5 (cinco) e 9 (nove) anos de idade e o país ocupa o terceiro lugar no *ranking* latino-americano de utilização de mão de obra infantil.

O fenómeno dos meninos de rua está directamente relacionado às crianças desassistidas pela previdência social, ao fracasso escolar, ao trabalho escravo e ao assassinato de menores infractores. Estes factos constituem temas fluentes e se convertem no centro dos debates de intelectuais e cientistas. Entretanto, muito do que se ainda ouve e assiste na média internacional é fruto de imagens distorcidas, posto que muitas das vezes não obedecem ao contexto real.

Para FREITAS (1997), os diagnósticos referentes à infância brasileira proporcionados por organismos governamentais e supra-governamentais, como o UNICEF por exemplo, têm oferecido dados alarmantes sobre a situação geral da criança no planeta e atestado a grande dificuldade operacional que acompanha as instituições directamente relacionadas ao bem estar infantil, como a escola e a saúde pública. Ainda para o mesmo autor, uma visão panorâmica do século XX através dos documentos com suas variáveis descritivas, normativas e ideológicas, permitiria que inferíssemos que as situações de risco e carências infantis tem sido historicamente associadas a outro fenómeno: o desenvolvimento económico.

A história da criança brasileira é uma narrativa de preconceitos, de colonização, de escravagismo, de exclusão e de extermínio.

O encurtamento do tempo destinado à infância, parece estar incontestavelmente marcado na história do Brasil. É possível perceber que nas grandes cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, o cidadão comum acostumou-se com a miséria das crianças.



Os olhares da sociedade estão anestesiados pela triste, mas comum, visão de crianças e adolescentes esmolando, se drogando e comumente, carregam sobre os ombros outras crianças menores. Nos grandes centros urbanos do Brasil, já há mais de duas décadas a infância parece ter deixado de existir para meninos e meninas das populações pobres. É a banalização da violência infantil.

É inegável que a sociedade brasileira procurou a absolvição pela violência imposta à criança, já que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), representou a redenção dos valores sociais.

O espírito da lei, é democrático e assistencialista. Outorga à criança e ao adolescente um papel social com o aval jurídico, posto que já não mais são considerados objectos de relações jurídicas e sim sujeitos de direitos.

É indubitável que as propostas de soluções devem emergir do contexto alicerçadas nas acções interdisciplinares.

As intervenções no problema infantil na última década, são marcadamente unidimensionais o que na maioria das vezes têm levado a acções inócuas.

Dentre os aspectos relacionados à criança no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro, o fenómeno dos meninos de rua tornou-se o mais sensível, triste e grave. Ao se penetrar no universo de relações destas crianças e adolescentes que vivem nos limites de seus controles humanos, é possível afirmar que este contingente de pessoas já foi expulso do jardim de infância, agora, correm risco da negação de seus direitos básicos e naturais como pressupostos para a plena cidadania e aí, estarão irremediavelmente expulsas da pátria.

Nesta trajectória da história da criança brasileira, o momento atual, permite-nos inferir que as crianças que estão nas ruas, tornam-se uma espécie de laboratório para a elaboração de programas de acções sociais. Entretanto, propostas de intervenção eficazes, devem considerar as características pessoais dos meninos e as forças que emergem dos seus contextos de vida.

Portanto o estudo em questão procurou investigar o quotidiano de vida dos meninos de rua, identificando os atributos relacionados à pessoa, contexto e dinâmicas evolutivas, exigíveis à possibilidade de conquista de uma cidadania plena; assumindo assim, as características de um trabalho de investigação fundamentado no paradigma bioecológico ou teoria ecológica do desenvolvimento humano enunciada por BRONFENBRENNER (1979) e desenvolvida por KREBS (1997).

## 1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ANTROPOLÓGICAS DOS MENINOS DE RUA NO BRASIL

Através da análise interpretativa da história factual sob as ópticas socio-antropológica e jurídica, pôde-se explicar a complexidade do fenómeno social dos meninos de rua, e dos diversos factores explicativos que interferem neste quadro caótico da sociedade brasileira.

Traçando uma dimensão histórica da situação social brasileira desde a época colonial, pôde-se observar no Brasil, em relação à infância abandonada, o resultado de um país enquadrado na sistemática internacional como colônia Portuguesa de 1500 a 1822 e como país dependente, subdesenvolvido ou de Terceiro Mundo, há mais de um século e meio.

Segundo FURTADO (1983), que aborda a herança histórica brasileira, somos advertidos sobre a nossa insuficiência sobre o facto de que a implantação portuguesa na América teve como base a “empresa agrícola-comercial e que a nossa singularidade se



localiza por ser o Brasil o único país da América criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola”.

O facto é que a empresa agro-mercantil se apoiou no trabalho escravo e permaneceu ligada à escravidão: primeiro do índio, depois do negro durante 350 anos. A apropriação e exploração das terras brasileiras esteve sempre voltada para a exportação e mediatizada por agentes metropolitanos, o que impediu a formação de uma classe comerciante brasileira com consciência dos seus interesses específicos e capaz de impor o seu poder ao colonizador.

Como país, o Brasil é pobre entre as nações mais avançadas do mundo. Como pai-país pobre e mãe-nação pobre, não existe nenhuma surpresa no facto das crianças brasileiras estarem abandonadas. É uma condição lógica.

No que diz respeito às crianças, pode-se afirmar que elas são herdeiras seculares de um constante abandono. Tanto a criança indígena, quanto a criança negra e a criança branca.

A verdade é que o Brasil de hoje é resultante de uma empresa que, segundo a visão de DARCY RIBEIRO (1979),

queimou milhões de índios e negros como carvão, durante séculos, em nome do sistema produtivo internacional”. O pior é que, além de saqueados, escravizados e espoliados no plano material, tivemos também, segundo Ribeiro, o nosso espírito corroído ao intrometer “a ideia da nossa interioridade intrínseca e inclusive da nossa fealdade inata, em comparação com o homem branco” (RIBEIRO, 1979).

Para o bem ou para o mal, a criança brasileira é herdeira dessa empresa. A criança brasileira abandonada pode ser vista como “resíduo” de um processo económico e social que está longe de ter um fim a curto prazo.

Pode afirmar-se que a existência de crianças abandonadas pressupõe a ausência, em primeiro lugar, de um poder de família. A desestruturação da cultura indígena e da cultura africana, como parte do processo económico brasileiro, resultou em problemas até hoje não solucionados. Se a ausência ou a crise é a causa principal do abandono das crianças brasileiras, pode afirmar-se também que é na família que está a solução para o problema.

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Se as tradições espirituais, a preservação dos hábitos e dos costumes, a conservação das técnicas e do património lhe são disputadas por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos. Por isso, segundo LACAN (1981), ela preside aos processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, transmitindo estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência.

Quando pensamos na família, pensamos num grupo composto por pai, mãe e filhos: eis o padrão da família nuclear. Não se conhece na história uma sociedade que tenha existido sem a noção de família, isto é, sem uma relação institucional entre pessoas do mesmo sangue. Entre o indivíduo e o conjunto da sociedade existem os vários grupos profissionais, de identidade, ideológicos, religiosos, raciais e educacionais. Mas apenas a família é transcendente, e engloba recém-nascidos e anciãos, o deficiente e o normal.

Um país como o Brasil vive um aspecto triste e desequilibrado de sua realidade social. Hoje, a cor, a raça da criança ou do adolescente já não interessam mais, todos so-



frem discriminação, fome, pobreza, privação, desnutrição, deterioração neuro-sensorial, psíquica, falta de escolarização ou desempenho deficiente e isto é deteriorização e desestruturização da personalidade levando à marginalização socio-económica e cultural.

O menor carente brasileiro é toda e qualquer criança ou adolescente que não disponha das condições mínimas necessárias para o seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo pela carência de atendimento nas áreas de saúde, higiene, alimentação, habitação, amparo psicossocial e estimulação adequada.

O egocentrismo da criança cede espaço na medida em que o indivíduo começa a interagir com o ambiente social. Através das relações de amizade e outros relacionamentos interpessoais a criança aprende regras de vida na comunidade.

O professor, assume importância capital no processo de socialização, já que age directamente como mediador entre a criança e a sociedade, promovendo adaptações nos aspectos sociais, afectivos, motores e cognitivos.

A intervenção educacional tem sido a base de facilitação para regulação das relações entre indivíduos, permitindo-lhes aprendizagem de habilidades sociais.

A família constitui um modelo fundamental na primeira fase do desenvolvimento da criança. O vínculo social está alicerçado no contexto onde vive próximo dos pais ou responsáveis. Por outro lado, a influência familiar poderá ser negativa ocorrendo quando os membros da família reflectem sobre a criança as suas frustrações através de ameaças e punições.

O comportamento dos pais medeia o comportamento social das crianças com os pares. As crianças que não recebem apoio familiar, podem apresentar problemas de agressividade.

O internamento de crianças e adolescentes com problemas sociais, em instituições convencionais, pode repercutir-se em violência e quebrar os vínculos familiares.

Para o Poder Público, pode parecer mais barato a manutenção de um estabelecimento reeducacional do que o desenvolvimento de medidas de prevenção na escola ou na comunidade.

Ao manifestar comportamentos agressivos, a criança ou o adolescente poderá apresentar sintomas de ansiedade, medo, repressão, agressão moral e verbal.

Muitas vezes podem ocorrer conflitos entre valores morais edificados em casa ou na escola e os valores da rua. Estes conflitos axiológicos, geralmente surgem, quando o indivíduo se adapta a novos valores, associando-se intimamente com a violência, a fome, o ódio e o desespero passando a interpretar a realidade de outra forma podendo gerar comportamento marginal.

O "menino de rua" é uma criança ou um adolescente que apresenta sinais de condutas anti-sociais. Vivem em desacordo com as normas e padrões sociais, sendo por isso estigmatizados como marginais.

Tendo em vista as dimensões continentais do território brasileiro, não existe um padrão definido para descrever os "meninos de rua" devido à diversidade de comportamentos marginais que ocorrem no espaço e no tempo. A inadaptação ao ambiente familiar e a falta de recursos para uma vida dentro dos padrões normais, fazem com que muitos dos meninos que estão na rua, saiam da casa à procura de comida e trabalho.

Na rua, encontram uma variedade de ambientes e valores que os entrega à fatalidade do quotidiano dos grandes centros urbanos.



Pelas bases histórias percebe-se que o Estado se aliou às elites brasileiras para construir uma base de sustentação civil, relegando para segundo plano no quadro da cidadania o resto da sociedade, resultando esta aliança na situação de abandono da infância e da adolescência no Brasil.

Os dados são alarmantes e revelam a gravidade da questão social no país. No último Senso de 1989, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo são as capitais onde miséria e crime se unem todos os dias. Muitos destes menores marginalizados já têm uma ou mais passagens pelo Juizado de Menores e muitos eram assassinados por colegas ou por justiceiros que pelo poder de adulto marginal, escraviza e tem o poder de decisão de vida e de morte sobre estas crianças que já nasceram em situação desfavorecida. Uma sociedade adulta tira partido dos menores que são baratos e facilmente manipuláveis.

Nem todos os meninos ou meninas de rua são considerados ladrões, assassinos ou desajustados a nível comportamental em relação ao contexto social. Muitos saem todos os dias para vender doces nos cruzamentos ou transportes públicos, tomar conta de carros, carregar pacotes em feiras ou mercados e até mesmo pedindo esmola, com o intuito de arrecadar algum dinheiro para contribuir para o sustento da família.

A sociedade tem uma visão ambígua destes menores: pela pouca idade, são ainda crianças que deveriam ser amadas e por isso causam piedade, vontade de lhes dar condições melhores, roupa e alimentos. Por outro lado levantam sentimentos de medo porque podem estar armados com revólveres, facas ou canivetes e por isso devem ser punidos e condenados como adultos. Os seus rótulos manifestam-se em dois pólos: crianças carentes e por outro lado, “pivetes, pixotes, trombadinhas” que quer queiram ou não, têm um história pessoal vivida e outra desejada dentro do seu eu verdadeiro.

Segundo LUCK (1992), as principais razões deste fenómeno de miséria está no desenraizamento de migrantes que são atirados para a periferia das grandes cidades, e em consequência, a desestruturação das famílias, com lares em colapso, num país destruído pelo mau uso das suas próprias riquezas, pelo desemprego e pelo alto índice de alcoolismo e consumo de drogas.

O problema da criminalidade tem-se agravado no quotidiano da sociedade brasileira e o fenómeno, não respeita classes sociais nem tão pouco faixas etárias. Entretanto, por razões diversas, a criminalidade infanto-juvenil, segundo estatísticas dos órgãos de comunicação social, tem aumentado substancialmente nos últimos dez anos (LUCK E CARNEIRO, 1992).

Segundo MIRANDA ROSA (1980), o problema da criminalidade “está em relação com o grau de desorganização social. Quanto mais intensos os processos de desorganização, mais aguda a incidência de criminalidade”.

Para ABREU (1995), os factores sociais têm um impacto maior no que respeita aos menores do Terceiro Mundo, pela fragilidade de pessoas ainda em formação, na difícil fase da adolescência e pré-puberdade.

No que diz respeito aos “menores de rua”, a falta de apoio da família e das instituições da sociais, parece impulsioná-los em direcção à criminalidade. ABREU (1995) acrescenta que “ninguém pode ignorar que, desde o limiar da puberdade, sempre ocorrem alterações somáticas e psíquicas, capazes de tornar o adolescente muito mais sensível às influências sociais. Os “meninos de rua” passam por uma si-



tuação social complexa já que, quando as carências e necessidades se tornam maiores, eles não encontram apoio muitas vezes familiar, nem da assistência pública e tão pouco privada.

A gestualidade parece assumir uma importância capital na forma de soluções para o problema dos meninos de rua. O estudo dos gestos dos marginalizados significaria o encontro do sentido profundo de tudo o que é recalcado e reprimido pela sociedade. Reduzidos a um silêncio radical, colocados à margem de qualquer tipo de representação, meninos e adolescentes vão criar a sua própria linguagem gestual de seres excluídos. Sem portas para o diálogo, matéria-prima da sociabilidade e da humanidade em si, eles manifestam-se através de um repertório gestual próprio.

No gesto, o homem traz inscrita toda sua história e, portanto, na gestualidade está a chave para a sua compreensão global. O gesto absorve a linguagem, já que constitui um sistema simbólico por excelência.

No relacionamento interpessoal, o gesto pode significar aproximação ou repulsa. No relacionamento social, o domínio de um determinado código gestual pode significar aceitação e comunhão ou exclusão e marginalidade.

No que diz respeito aos meninos de rua, os seus repertórios gestuais traduzem os hábitos e os sistemas de valores das favelas e dos subúrbios que, na sua maioria, são o resultado das mais variadas formas de violência. Ao saírem das favelas e dos subúrbios, são obrigados a conviver com a forma suprema de violência a marginalidade imposta pela sociedade, o ostracismo, o exílio na sua própria terra e a exclusão. A sociedade não aceita os seus padrões de conduta gestual porque os seus gestos reflectem os actos com que essa própria sociedade os segregou.

No estudo do sentido do repertório gestual dos menores e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro, podemos encontrar as pistas que levam a uma exclusão programada e à negação das parcelas menos favorecidas de uma sociedade baseada na exclusão. Ao estudar este repertório de gestos, pode-se chegar a um gesto extremo: o gesto de “lesa-humanidade.”

É indiscutível que a comunicação gestual está repleta de valores, que por sua vez, estão inseridos no contexto em que ocorrem as relações sociais. Assim, as manifestações violentas sofridas pelos meninos de rua, permitem identificar os seus *modus vivendi* e estereótipos que lhes estão associados.

A marginalização do menor no Brasil decorre de características físicas, emocionais e comportamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n.º 8.069/90, emerge da necessidade de se vislumbrar o menor sob o ponto de vista da cidadania e não apenas no sentido punitivo da lei.

Um dos problemas mais graves, diz respeito à prostituição do menor que aparece de forma trágica através do abuso sexual de um membro da própria família. São inúmeras as consequências a níveis orgânico e psicológico.

A criminalidade é um dos factores que elevam o percentual dos menores em situação de risco, principalmente, meninos de 17 anos, ligados ao tráfico de drogas.

O uso de drogas por “meninos de rua” é bastante sensível e nas grandes cidades brasileiras é comum assistir a crianças e adolescentes a cheirar cola de sapateiro. Para jovens pobres, a criminalidade passa a ser um meio de ascensão social.



O extermínio de menores é um problema agravado a partir da década de 80 e está directamente relacionado com a omissão das autoridades.

A trajectória das leis destinadas ao tratamento da criança no Brasil data de 3 séculos. As crianças “expostas” e “desvalidas” de 1693, são vistas pela sociedade civil e pelo Poder Público como “menores viciosos”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente só foi possível graças à Constituição Brasileira de 1988, que alicerçou o paradigma em que a criança e o adolescente são “Sujeitos de Direitos” e “Pessoas em Desenvolvimento”. Ao revogar a lei anterior, o Estatuto enfatiza a necessidade de assegurar os direitos de todos os cidadãos-crianças e todos os cidadãos-adolescentes. Assim, toda a sociedade é responsável pela sua protecção integral. Na legislação anterior o atendimento era dirigido a grupos específicos e não havia uma visão global do problema.

De acordo com o Boletim da UNICEF (1993), a pobreza e o baixo nível de rendimento da população no Brasil, em África e alguns países da Europa é acentuando gradativamente.

No Brasil, são inúmeros os projectos de intervenção social para a valorização do ser humano que surgem sem o patrocínio do Poder Público. São as chamadas Organizações não Governamentais (ONGs), que procuram atenuar os problemas da criança carente e do “menino de rua”. No contexto europeu, países como Portugal, Grã-Bretanha e França, mantêm projectos de intervenção junto às crianças e adolescentes em situação de risco.

Para alguns autores, a actuação não governamental no que diz respeito a projecção da infância no Brasil, data de 1738. Historicamente a sociedade tem procurado uma forma de mobilização para suprir a omissão do Estado.

A Associação Multiprofissional de Protecção à Infância e Adolescência (ABRAPIA), desenvolve no Rio de Janeiro, um trabalho de pesquisa e desenvolvimento de projectos para educadores na tentativa de alcançar a prevenção da violência contra a criança.

As populações pobres do Brasil vivem em condições de habitação muito precárias, e, de 1970 a 1982, a população favelada da Cidade do Rio de Janeiro quase duplicou. Em habitações de uma só divisão é comum viverem membros de uma família, geralmente um casal e 3 crianças. A Rua é constituída por um espaço onde as crianças vão estabelecer as suas relações com o mundo ou seja, mendigam, comem, trabalham e dormem. A migração das famílias do campo em direcção às grandes cidades tem agravado a situação urbana. Em busca de melhores oportunidades de vida, os migrantes encontram a violência, a poluição e poucas oportunidades de vida com dignidade.

Ocorre uma tendência entre os autores em denunciar uma cultura socio-jurídica “ que não consegue encontrar os mecanismos para proteger a infância e a adolescência, o que denota um desrespeito pelos Direitos Humanos Fundamentais”. (ARAGÃO 1992).

As instituições que se incumbem de promover a reintegração social do menor no Brasil, parecem não querer nortear as suas actividades no conhecimento da realidade contextual do indivíduo.

A história destas instituições, denotam um divórcio entre as “actividades intra-muros e a realidade extra-muros”. (ARAGÃO 1992).



Nos grandes centros urbanos, várias regiões são chamadas de “áreas marginalizadas”, por não desenvolverem padrões socioculturais adequados o que por via de consequência, tem aumentado o índice de violência urbana.

As instituições destinadas às medidas socio-educativas de menores “marginalizados”, proporcionam um impacto de tal magnitude, que culminam com a perpetuação das diferenças sociais.

Para BANDURA (1981), o processo educativo requer a estimulação das capacidades pessoais e relacionais através da aquisição de estratégias explícitas de generalização das competências adquiridas no contexto real de vida.

No que diz respeito aos aspectos jurídicos, consoante a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, enumera uma série de medidas pertinentes à reintegração social do menor. As referidas medidas buscam o aspecto preventivo da integridade do menor e, as medidas socio-educativas, são de responsabilidade não só do Poder Público como também da família e da comunidade.

Os programas governamentais de intervenção social, desenvolvem as suas acções de duas formas: uma centrada no menor e outra, na comunidade. Não obstante, as implementações dos projectos desta natureza, não possuem um paradigma de abordagem e carecem, de um referencial teórico norteador das acções.

## 2 METODOLOGIA

A compreensão do repertório de comportamentos dos meninos de rua, requer imperativamente um conhecimento profundo da universalidade de factores que corroboram para o delineamento dos seus estilos de vida. Indiscutivelmente, a possibilidade do aprofundamento de uma compreensão contextual, implica a escolha de um modelo de pesquisa que possibilite detectar, reconhecer para a consequente análise das inter-relações entre o potencial individual da pessoa e as influências derivadas do ambiente no qual ela se desenvolve. Neste sentido, optou-se pelo modelo bioecológico delineado por BRONFENBRENNER (1992), na medida em que sua metodologia objectiva os estudos de desenvolvimento em contexto caracterizado por quatro elementos: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo (PPCT).

Para BRONFENBRENNER, o referido modelo constitui um paradigma bioecológico que permite analisar as variações do processo e do produto do desenvolvimento, como uma função conjunta das características da pessoa e do ambiente em um determinado período histórico. O modelo PPCT baseia-se em quatro domínios inseparáveis: a) as características individuais da pessoa no contexto, b) o contexto no qual o desenvolvimento ocorre e d) a dimensão temporal ao longo da qual o desenvolvimento acontece (LOPES VIEIRA, 1999; FIORESE VIEIRA, 1999)

Assim passamos a definir os domínios que nortearam a metodologia aplicada ao estudo. Esses domínios representaram as quatro dimensões do paradigma bioecológico.

**Pessoa:** o domínio pessoa foi constituído por 11 alunos do Projecto Semear matriculados no ano de 1993. Dentre as características mais importantes da clientela da instituição destaca-se as suas origens. Normalmente são denominados de “meninos de rua”, os que se encontram fora da escola, são oriundos de famílias com estrutura precária e em situação de carência total.



Para a caracterização, dos meninos como *Pessoa* procurou-se investigar o contexto sociocultural, história pessoal e familiar, suas trajetórias de vida e tudo que permitisse a compreensão das múltiplas dimensões de seus desenvolvimentos.

**Processo:** a partir do perfil dos sujeitos que foi delineado através de seus atributos pessoais, o processo constituiu-se pelas mudanças ocorridas a partir da entrada dos meninos e durante suas permanências no Projecto Semear.

**Contexto:** com a finalidade de identificar o contexto, do microsistema ao macrosistema, o elemento de referência foi o Projecto Semear. A partir do estabelecimento da Instituição como ponto referencial, foi possível identificar uma série de sistemas interdependentes, observando-se que alguns desses sistemas, possuíam a pessoa em desenvolvimento e as influenciaram directamente (microsistema e mesossistema). Outros sistemas, constituíram uma dimensão mais remota, já que não continham a pessoa em desenvolvimento (exossistema e macrosistema), mas, exerciam efeitos consideráveis sobre elas.

**Tempo:** esta etapa possibilitou identificar e compreender os eventos que ocorreram tanto em relação à pessoa (sujeito do estudo), como também à estrutura administrativa e organizacional do Projecto Semear, que por sua vez receberam impactos das mudanças oriundas da estrutura política-governamental e também da ordem social e jurídica nacional. O elemento tempo, neste estudo, foi caracterizado em duas dimensões: a dimensão temporal pessoal que significou os comportamentos dos meninos que deveriam ter a idade entre 13 e 16 anos, estarem fora da escola e nunca terem participado de um programa de intervenção social, e em relação ao contexto, a permanência dos sujeitos no Projecto Semear entre Janeiro de 1993 a Dezembro de 1995.

Para a realização da colecta de dados, inicialmente observou-se os procedimentos institucionais relativos à inserção dos meninos no **Projecto Semear**, já que o contacto inicial com os sujeitos, ocorreu a partir de suas matrículas no programa de intervenção social em janeiro de 1993. A partir do momento da chegada dos meninos ao Projecto, obedeceu-se ao critério estabelecido para aplicação dos instrumentos que possibilitasse a colecta de informações para a realização do estudo. Esses critérios foram: (a) entrevista preliminar, relativa à *Ficha de matrícula no Projecto Semear*; (b) questionário, relativo a dados de referência pessoal; (c) avaliação somatotipológica, com dados de referência antropométrica; (d) teste de escolaridade; e (e) observação naturalística.

## CONCLUSÃO

Não obstante um dos objectivos do presente estudo tenha sido traçar um perfil dos meninos de rua, os resultados permitiram-nos observar o carácter reduccionista desta acção, já que na maioria das vezes, implica uma visão fragmentada do problema. Tal facto decorre sobretudo, das impossibilidades de se traçar um perfil do sujeito de forma precisa, tendo em vista que as características observadas, apenas retractam os atributos da pessoa num período delimitado de seu desenvolvimento (tempo), e por conseguinte num ambiente específico (contexto). Desta forma, no que respeita ao levantamento de características dos meninos de rua do Projecto Semear, baseados num possível delinea-



mento dos perfis dos indivíduos, somos levados a concluir que estas informações não constituem um indicador preciso para a concepção de estratégias políticas efectivamente eficazes, que possibilitem por sua vez, a estruturação de um programa de intervenção social. Entendemos que os programas interventivos devam considerar imperativamente a pessoa em desenvolvimento consoante as condições bioecológicas que se apresentam de forma dinâmica, valorizando assim o processo e rompendo em última análise, com a visão estática do produto.

No que se refere a 2º objectivo específico, onde procuramos “analisar” as expectativas apresentadas pelos meninos em relação ao futuro, os resultados permitiram-nos inferir que no final do processo ficou evidenciado que os comportamentos indicaram expectativas positivas em relação ao futuro. Com base nestas interpretações, conclui-se que qualquer acção política que vise estruturar estratégias interventivas junto aos meninos de rua, deva considerar os parâmetros do contexto: Microssistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema.

É necessário que observemos que as condições favoráveis oferecidas pelo contexto constituíram um factor determinante para o desenvolvimento da pessoa e que a estruturação de programas interventivos devam considerar este aspecto como forma de minimizar os riscos de acções ineficazes.

Em relação ao 3º objectivo, “comparar as percepções dos meninos e da equipe pedagógica do Projecto Semear no que diz respeito aos objectivos do programa”, os resultados possibilitaram concluir que a visão unilateral do problema por parte da equipe pedagógica, como subsídio para a concepção do programa, constituiu um entrave para o alcance das metas institucionais. A imposição das actividades por parte do grupo de professores e técnicos parece não ter favorecido que os meninos percebessem de forma imediata as reais finalidades do programa intervertido. Assim, os comportamentos distantes e resistentes no que diz respeito à participação dos meninos nas actividades propostas, denotam a dissonância entre os grupos no que se refere às interpretações e percepções das acções pedagógicas.

Com base na análise das situações e dos repertórios comportamentais dos meninos, foi possível concluir que as condições oferecidas pelo Projecto Semear, levaram em conta apenas e parcialmente as delimitações do microssistema institucional. As actividades planeadas no programa interventivo, as condições materiais e os recursos humanos para se tornarem efectivamente instigativos no desenvolvimento dos meninos, deveriam considerar, também, a dinâmica das relações interpessoais e sobretudo, da variedade de papéis vivenciados pelos meninos e pelos elementos da equipe pedagógica (sujeitos do estudo). Concluimos ainda, que as condições oferecidas pelo Projecto Semear deveriam, obrigatoriamente, considerar a rede social formada entre a instituição, as famílias e a comunidade onde os meninos conviviam (mesossistemas e exossistemas), bem como a cultura, as crenças, as oportunidades e riscos de vida inerentes àqueles adolescentes (macrossistema).

É importante referir que este estudo não pode esgotar a explicação absoluta de um fenómeno social com esta complexidade e diversidade de variáveis, existentes nos contextos quotidianos de vida dos meninos de rua. Os impactos resultantes das situações de extrema carência e violência social, não nos permitem generalizar de forma abusiva, as inferências respeitantes ao grupo estudado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÁPIA. **Maus tratos contra crianças e adolescentes** Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência.. Rio de Janeiro: ABRÁPIA, 1992.
- ABREU, W. **A corrupção penal infanto-juvenil**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- ARAGÃO, S. **Os direitos da criança**. Comunicação apresentada na Universidade da 3ª Idade da Ordem dos Advogados do Brasil. Rio de Janeiro, 1992.
- BANDURA, A. **Social learning theory**. New Jersey: Prentice-Hall, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional. 1988.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** Lei n.º 8069/90. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.
- BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development**. Cambridge: Havard U. Press. 1979.
- FREITAS, M. **Para uma sociologia histórica da infância no Brasil**. In FREITAS, M. (Coord.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983.
- BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, Relatório anual, 1995.
- KREBS, R. **Uma releitura da obra de Urie Bronfenbrenner: a teoria dos sistemas ecológicos**. In R. KREBS (Ed.). **Teoria dos Sistemas Ecológicos: um paradigma para o desenvolvimento infantil**. Santa Maria: UFSM-CEFD, 1997.
- LACAN, J. **Na família**. Lisboa: Assírio & Alvim.,1981.
- LUCK, H.. & CARNEIRO, D. **Disfunções psicossociais do menor carente**. Curitiba: Imprensa Oficial,1992.
- MIRANDA ROSA, F. **Patologia social**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar,1980.
- RIBEIRO, D. **Ensaio Insólitos**. Porto Alegre: L e PM.,1979.
- UNICEF. **Relatório anual do Brasil**. Rio de Janeiro: UNICEF, 1993.
- VIEIRA, L. **O processo de desenvolvimento de talentos paranaenses do atletismo: um estudo orientado pela Teoria dos Sistemas Ecológicos**. Santa Maria: UFSM. Tese de Doutorado (não publicada). 1999.